



IMPACTO DA COLIGAÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE PELOTAS (1988-2004)

BARRETO, Alvaro¹
LIMA, Rafael Nachtigall de²

1 - Professor do ISP-UFPel, Doutor; albarret.sul@terra.com.br

2 - Acadêmico de Ciências Sociais – ISP-UFPel, Bolsista PIBIC; rafaeldelima@gmail.com

Introdução

A legislação eleitoral permite que os partidos utilizem-se da coligação para concorrerem a cargos definidos pelo sistema proporcional. Quando isso acontece, embora não apareçam unidos no boletim de voto, eles deixam de contar separadamente e tornam-se um concorrente único, razão porque os votos são somados para a “legenda virtual”. Nada impede, então, que o partido “x” seja responsável pela maior parte dos votos da coligação, por conseguinte tenha colaborado majoritariamente para a obtenção das cadeiras, e venha a ficar sem nenhuma. Vários autores têm destacado esta situação como uma distorção que modifica a representação política, prejudica vontade do eleitor, e cuja constante utilização pelos partidos colabora decisivamente para a fraqueza, a inautenticidade e a inorganicidade dessas instituições (SOUZA, M. C. C., 1976; LIMA JÚNIOR, 1983 e 1993; SANTOS, 1987 e 2003; DIAS, 1991; MAINWARING, 1991; TAVARES, 1992 e 1998; DALMORO e FLEISCHER, 2005).

O trabalho está centrado no impacto da coligação sobre a distribuição de cadeiras nas eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas (RS), de 1988 a 2004, o que abarca todos os pleitos ocorridos no atual período pluripartidário nacional em que a coligação estava autorizada.

Metodologia

Os dados referentes aos pleitos de 1996 a 2004 foram obtidos no *site* do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, e aqueles relativos a 1988 e a 1992, no jornal “Diário Popular”. Para realizar as simulações, as primeiras medidas foram acessar o resultado oficial e o cociente eleitoral dos pleitos em questão, e detalhar os cálculos de distribuição de cadeiras feitos pela Justiça Eleitoral. Desse modo, souberam-se quantas cadeiras cada partido ou coligação obteve pelo cociente partidário e quantas foram conquistadas pela distribuição de sobras. O passo seguinte foi discriminar a votação individual de cada um dos partidos que compunham as coligações, o que serviria de base para as diferentes combinações a serem efetivadas.

Resultados e Discussões

O quadro 1 traz a relação dos partidos que disputaram as eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas, no período 1988-2004, discriminados entre

aqueles que participavam de coligação e os que estavam avulsos. No total, 19 legendas diferentes participaram dos pleitos.

Sit.	1988	1992	1996	2000	2004
Coligados	PT	PT	PT	PT	PT
	PL	PL	PL	PL	PL
	PCdoB	PCdoB	PCdoB	PCdoB	PCdoB
	PP ¹	PP	PTB	PP	PP
	PFL	PFL	PPS		PFL
	PSB	PSB	PV		PV
	PSDB	PSDB	PDT		PSDB
	PCB	PPS			PTdoB
	PTB	PMDB			PMN
		PRN			PHS
Não coligados	PMDB	PDT	PMDB	PMDB	PMDB
	PDT	PTB	PP	PDT	PDT
		PST	PFL	PTB	PTB
		Prona	PSDB	PFL	PSB
			PSB	PSDB	PPS
			PRN	PSB	
				PTdoB	
				PPS	
			PV		
Total	11	14	13	13	15

Quadro 1 – Partidos que disputaram as eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas, no período 1988-2004

O quadro 2 discrimina as 16 coligações ocorridas nas eleições para a Câmara de Vereadores, entre 1988 e 2004, das quais participaram 17 legendas diferentes, nesse total incluídas as 13 que estiveram representadas na Câmara (PMDB, PP, PDT, PT, PFL, PL, PSB, PTB, PSDB, PCdoB, PTdoB, PPS e PCB), mais: PRN, PV, PMN e PHS, que nunca conquistaram vaga. Portanto, além de largamente praticada, a coligação é um recurso do qual se utilizaram a quase totalidade dos partidos.²

1988	1992	1996	2000	2004
PT PSB	PT PPS PSB	PT PPS PV	PT PCdoB	PT PL PCdoB
PP PL PFL PTB	PP PL	PTB PL	PP PL	PP PV
PSDB PCB PCdoB	PMDB PSDB PCdoB	PDT PCdoB		PFL PSDB
	PFL PRN			PTdoB PMN PHS

Quadro 2 – Coligações que disputaram as eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas, no período 1988-2004

A seguir, realizam-se simulações referentes às configurações em que poderiam ter se processado os pleitos, com vistas a dimensionar o impacto gerado

¹ - Para simplificar, utiliza-se PP como a uma única denominação para referenciar a entidade que, ao longo desse período, foi identificada também como: PDS, PPR e PPB.

² - Apenas PST e Prona nunca participaram de coligação, dentre os partidos que disputaram as eleições proporcionais em Pelotas. Entretanto, eles só concorreram uma vez, em 1992.

pela adoção ou não das alianças para a distribuição de cadeiras entre os partidos. Consideraram-se que as coligações estivessem proibidas em todos os pleitos. Portanto, os cálculos de distribuição de cadeiras levaram em conta os votos somados pelos partidos individualmente, preservados os parâmetros legais da época de realização de cada pleito, como por exemplo, a contabilização dos votos brancos como válidos, ocorrida de 1988 a 1996. O novo panorama de distribuição de vagas entre as legendas foi comparado com o oficial, como demonstra a tabela 1.

Tabela 1 - Número oficial de cadeiras de vereadores conquistadas pelos partidos, em Pelotas, no período 1988-2004, e projeção de como ficaria essa distribuição, se não houvesse coligação³

Partido	1988	Projeç	1992	Projeç	1996	Projeç	2000	Projeç	2004	Projeç
PMDB	6	6	4	4/5	3	3	3	3	2	2
PP	5	5	5	5	3	3	3	4	3	3
PDT	5	5	4	4	3	5	3	3	-	-
PT	2	2	2	2	4	4	4	4	3	4
PFL	2	3	2	2/3	2	2	2	2	2	2
PL	1	-	1	-	2	1	1	-	1	-
PCdoB	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
PTB	-	-	1	2	-	-	1	1	2	2
PSDB	-	-	1	1	2	2	1	1	-	-
PSB	-	-	-	-	1	1	2	2	1	1
PTdoB	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
PPS	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Total	21	15	15							

A simulação mostra o quanto a coligação modifica o cenário da distribuição de cadeiras: o resultado seria diferente, em todos os pleitos em que este recurso estava disponível. No total, sete cadeiras seriam redistribuídas: uma em 1998, em 2000 e em 2004, duas em 1992 e em 1996. Dois foram os partidos beneficiados: PL, com cinco vagas (uma em cada pleito), e PCdoB, com duas (nas eleições de 1992 e de 1996). Dentre as legendas que cederam cadeiras, o cenário é mais diversificado: PDT (duas), PFL (uma ou duas), PTB, PP e PT (uma), além de, talvez, o PMDB (uma).

Eleição	Perderia	Ganharia
1988	PL (1)	PFL (1)
1992	PCdoB (1)	PTB (1)
	PL (1)	PFL (1)
1996	PCdoB (1)	PDT (2)
	PL (1)	
2000	PL (1)	PP (1)
2004	PL (1)	PT (1)

Quadro 3 - Partidos que ganhariam e perderiam vaga, nas eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas, no período 1988-2004, se não houvesse coligação em comparação ao resultado oficial

Deve-se destacar, também, que o recurso da coligação colaborou decisivamente para a ampliação no número de partidos que conquistaram espaço formal na Câmara: sem ela, haveria menos legendas representadas, em comparação aos pleitos em que a legislação a permitia. No total, ao longo de cinco eleições, sete partidos ganharam representação, sendo dois em 1992 e em 1996.

³ - As mudanças estão marcadas em cinza, com o intuito de facilitar a identificação.

Como visto acima, em realidade, foram apenas duas as legendas beneficiadas em eleições sucessivas (PL e PCdoB).

Eleição	Sem coligação	Com coligação	Diferença
1988	5	6	-1
1992	7	9	-2
1996	8	9	-1
2000	9	10	-1
2004	7	8	-1

Quadro 4 – Comparação entre o número de partidos que elegeriam vereador em Pelotas, no período 1988-2004, se não houvesse coligação, e o daqueles que elegeram efetivamente

Conclusões

O trabalho procurou analisar, por intermédio de uma investigação empírica, o impacto das coligações para a distribuição de cadeiras na Câmara de Vereadores de Pelotas. Observou-se que, além de largamente utilizada pelos partidos políticos, ela foi determinante para a ampliação no número de partidos que conquistaram representação, em cada eleição do período 1988-2004, ou seja, tem contribuído decisivamente para que o sistema partidário pelotense seja fragmentado. Esclareceu-se que o sistema não possui essa característica unicamente por causa da coligação, porém, a possibilidade de os partidos servirem-se dela favorece para que a fragmentação seja mais intensa.

Referências

Fontes primárias

DIÁRIO POPULAR. Pelotas. nov. 1988-nov. 2004.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-RIO GRANDE DO SUL. Dados Eleitorais. 1992-2004 [www.tre-rs.gov.br]

Bibliografia

DALMORO, Jefferson / FLEISCHER, David. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade In: KRAUSE, Silvana / SCHMITT, Rogério (Org.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. RJ/SP: Fundação Konrad Adenauer/Unesp, 2005.

DIAS, José Luciano de Mattos. Legislação eleitoral e padrões de competição político-partidária In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org.). *Sistema Eleitoral brasileiro – teoria e prática*. RJ: Rio Fundo, 1991.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional -1945/1964*. RJ: Graal, 1983.

_____. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. SP: Loyola, 1993.

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. *Novos Estudos*. SP: Cebrap (29), mar. 1991.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e castigo*. SP/RJ : Vértice/luperj, 1987.

_____. *O Cálculo do conflito – estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. SP: Alfa-ômega, 1976.

TAVARES, José Antônio Giusti. A Representação proporcional no Brasil, os seus críticos e a crítica aos seus críticos In: TRINDADE, Hélgio (Org.). *Reforma eleitoral e representação política – Brasil anos 90*. Porto Alegre : UFRGS, 1992.

_____. *Reforma política e retrocesso democrático*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.